

Gros quer DFA sem deságio

O governo está disposto a aceitar que os títulos representativos do "dinheiro novo" da renegociação da dívida externa de 1988 (DFA) sejam usados, sem deságio, como moeda na privatização de empresas estatais. A proposta, segundo o presidente do Banco Central, Francisco Gros, será levada à mesa de negociação com os credores privados da dívida externa.

Gros disse ontem aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que é contra a concessão de novos estímulos para a utilização de títulos da dívida externa na privatização. No caso dos títulos de 1988, segundo ele, trata-se apenas do "reconhecimento de uma situação diferenciada".

Em resposta ao senador José Eduardo Vieira (PTB-PR), Gros levantou uma série de questões sobre a conveniência de novas medidas para estimular a participação

de investidores estrangeiros, que tem sido modesta, nos leilões de privatização. Para Gros, tal participação não precisa se dar necessariamente por meio dos títulos da dívida externa, os DFA.

O presidente do BC não acredita que os bancos credores tenham interesse na compra de empresas siderúrgicas ou petroquímicas. Na sua avaliação, eles prefeririam atividades de retorno mais rápido e maior fluxo de caixa, como a telefonia — que não está incluída entre os setores privatizáveis.

Preocupado com a baixa utilização dos DFA (Deposit Facility Agreements) na privatização, o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, propôs que o deságio, fixado em 30% por lei, fosse submetido a leilão. Gros disse ontem que não é contra a idéia, mas ponderou que ela envolve várias "complexidades", entre as quais a negociação da dívida é apenas uma.